

## ANEXO IV

CONDIÇÕES GERAIS DOS CADERNOS DE ENCARGOS PARA CONTRATOS DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCIADOS PELO FUNDO EUROPEU DE  
DESENVOLVIMENTO (FED)

## ÍNDICE

## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

	<i>Página</i>
Artigo 1º — Definições .....	77
Artigo 2º — Legislação e língua do contrato .....	78
Artigo 3º — Ordem de precedência dos documentos do contrato .....	78
Artigo 4º — Notas e comunicações por escrito .....	78
Artigo 5º — Fiscal e representante do fiscal .....	78
Artigo 6º — Cessão .....	79
Artigo 7º — Subcontratação .....	79

## OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Artigo 8º — Fornecimento de informações .....	80
Artigo 9º — Conformidade com os regulamentos locais .....	80

## OBRIGAÇÕES DO CONSULTOR

Artigo 10º — Obrigações gerais .....	80
Artigo 11º — Deontologia .....	81
Artigo 12º — Independência .....	81
Artigo 13º — Especificações e desenhos .....	81
Artigo 14º — Indemnização .....	81
Artigo 15º — Disposições em matéria de exame médico e seguros .....	82
Artigo 16º — Direitos exclusivos sobre relatórios e documentos .....	83

## NATUREZA DOS SERVIÇOS

Artigo 17º — Âmbito dos serviços .....	83
Artigo 18º — Fornecimento de pessoal .....	84
Artigo 19º — Pessoal e equipamento .....	84
Artigo 20º — Estagiários .....	85

## EXECUÇÃO DO CONTRATO

Artigo 21º — Ordem de início dos trabalhos .....	85
Artigo 22º — Prazo de execução .....	85
Artigo 23º — Prorrogação do prazo de execução .....	85
Artigo 24º — Atrasos na execução .....	86
Artigo 25º — Suspensão .....	86
Artigo 26º — Alteração do contrato .....	86

	<i>Página</i>
Artigo 27º — Horário de trabalho .....	87
Artigo 28º — Regime de férias e licenças .....	87
Artigo 29º — Informação .....	88
Artigo 30º — Registos .....	88
Artigo 31º — Apresentação de relatórios .....	88
Artigo 32º — Aprovação de relatórios e outros documentos .....	88

#### PAGAMENTOS

Artigo 33º — Disposições gerais .....	88
Artigo 34º — Adiantamentos .....	88
Artigo 35º — Realização dos pagamentos .....	89
Artigo 36º — Viagens e transportes .....	90
Artigo 37º — Revisão de preços .....	90
Artigo 38º — Mora no pagamento .....	91
Artigo 39º — Pagamentos a terceiros .....	91

#### NÃO CUMPRIMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO

Artigo 40º — Não cumprimento do contrato .....	91
Artigo 41º — Rescisão pela entidade adjudicante .....	91
Artigo 42º — Rescisão pelo consultor .....	92
Artigo 43º — Casos de força maior .....	92
Artigo 44º — Morte .....	93

#### RESOLUÇÕES DE LITÍGIOS

Artigo 45º — Resolução de litígios .....	93
--	----

## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

## Artigo 1º

## Definições

- 1.1. São as seguintes as definições utilizadas nas presentes condições gerais e no contrato:

*CEE:* a Comunidade Económica Europeia.

*Estados ACP:* Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico signatários da Convenção.

*Convenção:* A Convenção aplicável celebrada entre os Estados ACP e a CEE.

*Contrato:* o acordo assinado pelas partes para prestação dos serviços, incluindo todos os anexos e todos os documentos a que é feita referência no acordo, anexos e apêndices.

*Consultor:* a parte com a qual a entidade adjudicante celebra o contrato.

*Entidade adjudicante:* o Estado ou a pessoa colectiva regida pelo direito público ou privado que celebra o contrato ou em nome da qual é celebrado o contrato com o consultor.

*Estado da entidade adjudicante:* o Estado ACP em cujo território deverá ser executado o contrato de prestação de serviços.

*Fiscal:* o departamento governamental, pessoa colectiva regida pelo direito público ou pessoa singular ou colectiva designada pela entidade adjudicante de acordo com a legislação do Estado da entidade adjudicante, que é responsável pela direcção e/ou controlo da execução do contrato de prestação de serviços ou em quem a entidade adjudicante pode delegar direitos e/ou poderes nos termos do contrato.

*Representante do fiscal:* qualquer pessoa singular ou colectiva, designada pelo fiscal nos termos do contrato, que esteja habilitada a representar o fiscal no exercício das suas funções e dos direitos e/ou poderes que lhe foram conferidos. Consequentemente, sempre que as funções, direitos e/ou poderes do fiscal sejam delegados no representante do fiscal, as referências ao fiscal abrangem o representante do fiscal.

*Serviços:* trabalhos a executar nos termos do contrato pelo consultor, tais como estudos, projectos, assistência técnica e formação.

*Termos de referência:* a declaração emitida pela entidade adjudicante em que esta define as suas exigências e/ou os objectivos dos serviços, incluindo, quando for o caso, os métodos e meios a

utilizar e/ou os resultados a antigir pelo consultor.

*Dia:* um dia de calendário.

*Prazos:* os períodos estabelecidos no contrato que começam a correr a partir do dia seguinte ao do acto, escritura ou ocorrência que serve de ponto de partida para a respectiva contagem. Se o último dia do prazo não calhar num dia útil, o prazo expira no final do primeiro dia útil a seguir ao último dia do prazo.

*Preço contratual:* a quantia indicada no contrato que representa a estimativa inicial do preço a pagar pela prestação dos serviços, ou qualquer outra quantia determinada no final do contrato como sendo devida ao consultor nos termos do contrato.

*Projecto:* o projecto em relação ao qual deverão ser prestados os serviços nos termos do contrato.

*Mapa de preços:* o mapa de preços completo incluindo o mapa discriminativo dos componentes do preço global apresentado pelo consultor juntamente com a proposta, com as alterações que nela tenha sido necessário introduzir, e que faz parte integrante do contrato por preços unitários.

*Mapa discriminativo dos componentes do preço global:* lista discriminada das tarifas e preços, com indicação da composição do preço nos contratos por preço global, mas que não faz parte integrante do contrato.

*Peças desenhadas:* os desenhos fornecidos pela entidade adjudicante e/ou pelo fiscal e/ou os desenhos apresentados pelo consultor e aprovados pelo fiscal para a prestação dos serviços.

*Peça escrita:* qualquer comunicação manuscrita, dactilografada ou impressa incluindo a transmissão por telex, telegrama ou telecópia.

*Ordem administrativa:* qualquer instrução ou ordem dada por escrito pelo fiscal ao consultor acerca da prestação de serviços.

*Comunicações:* os certificados, notas, ordens e instruções emitidos nos termos do contrato.

*Moeda nacional:* a moeda do Estado da entidade adjudicante.

*Moeda estrangeira:* qualquer moeda autorizada que não seja a moeda nacional e que esteja indicada no contrato.

*Indemnização extracontratual:* o montante, não previamente determinado no contrato, que é estipulado judicialmente ou por arbitragem, ou acordado entre as partes, a título de compensação devida a uma parte lesada por motivo de não cumprimento do contrato pela outra parte.

*Indemnização contratual:* a quantia estabelecida no contrato a título de compensação devida pelo con-

sultor à entidade adjudicante no caso de não concluir o contrato ou parte dele dentro dos prazos estabelecidos no contrato ou devida por qualquer das partes à outra parte por qualquer violação do contrato especificamente definida no mesmo.

*Condições especiais:* as condições especiais estipuladas pela entidade adjudicante no convite à apresentação de propostas, com as alterações necessárias e incluídas no contrato, a saber:

- a) As alterações às condições gerais;
  - b) As cláusulas contratuais especiais;
  - c) As especificações técnicas;
  - e
  - d) Qualquer outro ponto especificamente relacionado com o contrato.
- 1.2. Os cabeçalhos e títulos das presentes condições não deverão ser considerados como delas fazendo parte integrante e não serão tomados em consideração na interpretação do contrato.
- 1.3. Sempre que o contexto o permitir, considerar-se-á que as expressões usadas no singular incluem o plural e vice-versa e que as expressões usadas no masculino incluem o feminino e vice-versa.
- 1.4. As expressões referentes a pessoas ou partes abrangem empresas, sociedades e quaisquer outras organizações com capacidade jurídica.

#### Artigo 2º

##### Legislação e língua do contrato

- 2.1. A legislação por que se rege o contrato é a legislação do Estado da entidade adjudicante, salvo disposição em contrário nas condições especiais.
- 2.2. Para todas as questões não previstas nas presentes condições gerais, aplica-se a legislação que rege o contrato.
- 2.3. A língua do contrato e de todas as comunicações entre o consultor, a entidade adjudicante e o fiscal ou os respectivos representantes será a língua estabelecida nas condições especiais. Todos os relatórios, recomendações e «dossiers» elaborados pelo consultor nos termos do contrato serão igualmente redigidos na língua indicada nas condições especiais.

#### Artigo 3º

##### Ordem de precedência dos documentos do contrato

Salvo disposição em contrário contida no contrato, a ordem de precedência dos documentos do contrato é a estabelecida nas condições especiais.

#### Artigo 4º

##### Notas e comunicações por escrito

- 4.1. Salvo disposição em contrário nas condições especiais, as comunicações entre a entidade adjudicante e/ou o fiscal por um lado, e o consultor por outro, deverão ser enviadas por correio, telegrama, telex ou telecópia, ou entregues pessoalmente nas moradas apropriadas indicadas por essas partes para esse efeito.
- 4.2. Se o remetente exigir um aviso de recepção, deverá indicar esse facto na comunicação, devendo exigir o dito aviso de recepção sempre que haja um prazo para recepção da comunicação. De qualquer forma, o remetente deverá tomar todas as medidas necessárias para assegurar a recepção da sua comunicação.
- 4.3. Sempre que no contrato esteja previsto o envio ou a emissão de qualquer notificação, autorização, aprovação, certificado ou decisão, salvo disposição em contrário, tal notificação, autorização, aprovação, certificado ou decisão será emitida por escrito e as expressões «notificar», «certificar» ou «decidir» deverão ser interpretadas em conformidade. A referida autorização, aprovação, certificado ou decisão não poderá ser recusada ou retardada sem motivos.

#### Artigo 5º

##### Fiscal e representante do fiscal

- 5.1. Compete ao fiscal executar as obrigações especificadas no contrato. Excepto se expressamente declarado no contrato, o fiscal não tem autoridade para isentar o consultor de quaisquer das suas obrigações contratuais.
- 5.2. Ocasionalmente e mantendo embora a responsabilidade última, o fiscal pode delegar no seu representante quaisquer das obrigações e poderes de que se encontra investido, podendo em qualquer altura revogar essa delegação ou substituir o representante. As referidas delegação, revogação ou substituição deverão ser feitas por escrito e só produzirão efeitos depois de o consultor delas ter recebido uma cópia.
- 5.3. Qualquer comunicação entregue ao consultor pelo representante do fiscal nos termos da referida delegação produzirá os mesmos efeitos que produziria se tivesse sido entregue pelo próprio fiscal, desde que:
- a) O facto de o representante do fiscal não ter desaprovado qualquer relatório ou parte do serviço não prejudique a autoridade do fiscal para desaprovar esse mesmo relatório ou serviço e dar as instruções necessárias para a correspondente rectificação;

- b) O fiscal possa anular ou alterar o conteúdo da referida comunicação.
- 5.4. As instruções e/ou ordens do fiscal serão emitidas através de ordens administrativas. As referidas ordens deverão, quando aplicáveis, ser datadas, numeradas e registadas, e delas serão emitidas cópias para o representante do consultor, que deverão ser entregues pessoalmente, se for caso disso.

#### Artigo 6º

##### Cessão

- 6.1. A cessão apenas será válida se constar de um acordo escrito pelo qual o consultor transmite o contrato ou parte dele a um terceiro.
- 6.2. O consultor não pode, sem prévio consentimento por escrito da entidade adjudicante, transmitir o contrato ou qualquer das suas partes, ou qualquer benefício ou interesse ao abrigo do mesmo, excepto nos seguintes casos:
- a) Crédito, a favor do banco do consultor, de quaisquer quantias devidas ou que venham a ser devidas nos termos do contrato;
  - ou
  - b) Transmissão à seguradora do consultor do direito do consultor a ser indemnizado por qualquer outra pessoa responsável nos casos em que a seguradora se tenha responsabilizado pelas perdas ou compromissos do consultor.
- 6.3. Para efeitos do nº 2 do presente artigo, a aprovação de uma cessão pela entidade adjudicante não desvinculará o consultor das suas obrigações respeitantes à parte do contrato já executada ou à parte não transmitida.
- 6.4. Se o consultor transmitir o contrato sem autorização, a entidade adjudicante pode, sem notificação formal, aplicar automaticamente as sanções por não cumprimento do contrato previstas nos artigos 40º e 41º.
- 6.5. Os cessionários devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis para a cessão do contrato.
- 7.2. O consultor não pode subcontratar nem empregar outro consultor independente para realizar qualquer parte dos serviços sem prévia autorização por escrito da entidade adjudicante. Os serviços a subcontratar e a identidade do consultor independente deverão ser comunicados à entidade adjudicante. Sem prejuízo do disposto no nº 3 do artigo 4º, a entidade adjudicante informará o consultor da sua decisão no prazo de 30 dias após recepção da notificação, especificando os motivos dessa decisão no caso de recusar a autorização.
- 7.3. Na escolha dos subconsultores, e/ou de outros consultores independentes, será dada preferência a pessoas singulares, companhias ou empresas do Estado da entidade adjudicante capazes de prestar os serviços necessários em condições semelhantes.
- 7.4. Os subconsultores e/ou os consultores independentes devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis para a cessão do contrato.
- 7.5. A entidade adjudicante não reconhecerá quaisquer vínculos contratuais com os subconsultores e/ou com os consultores independentes.
- 7.6. O consultor será responsável pelos actos, faltas e negligências dos seus subconsultores e/ou outros consultores, independentes e respectivos mandatários ou empregados como se se tratasse de actos, faltas ou negligências suas, dos seus mandatários ou empregados. A aprovação pela entidade adjudicante da subcontratação de qualquer parte dos serviços ou da contratação pelo consultor de outros consultores independentes ou subconsultores para prestação de parte dos serviços não desvincula o consultor de nenhuma das suas obrigações contratuais.
- 7.7. Se a entidade adjudicante ou o fiscal considerarem que um desses consultores independentes ou subconsultores não é competente para a execução das tarefas que lhe foram confiadas, pode exigir imediatamente ao consultor que o substitua por outro consultor independente ou subconsultor com qualificações e experiência que a entidade adjudicante considere aceitáveis ou que retome ele próprio a prestação dos serviços.

#### Artigo 7º

##### Subcontratação

- 7.1. Os subcontratos apenas serão válidos se constarem de um acordo escrito pelo qual o consultor confia a um terceiro a execução de parte do contrato.
- 7.8. Se o consultor celebrar qualquer subcontrato ou proceder à contratação de outro consultor independente sem autorização, a entidade adjudicante pode, sem notificação formal, aplicar as sanções por não cumprimento do contrato previstas nos artigos 40º e 41º.

## OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

## Artigo 8º

## Fornecimento de informações

- 8.1. A entidade adjudicante fornecerá ao consultor, o mais rapidamente possível, todas as informações e/ou documentação de que disponha e que possa ser útil para o cumprimento do contrato. Essa documentação deve ser devolvida à entidade adjudicante após a conclusão dos serviços.
- 8.2. A entidade adjudicante prestará ao consultor, na medida do possível, todo o apoio que este possa razoavelmente solicitar para a obtenção de informações relativas ao contrato, com vista à execução do mesmo.

## Artigo 9º

## Conformidade com os regulamentos locais

- 9.1. O consultor pode requerer a assistência da entidade adjudicante para obter cópias de leis, regulamentação e informações sobre os costumes locais e diplomas ou legislação subsidiária do país onde devem ser prestados os serviços que possam afectar o consultor na execução das suas obrigações contratuais. A entidade adjudicante pode prestar ao consultor a assistência solicitada, a expensas deste último.
- 9.2. Sem prejuízo do disposto na legislação e regulamentação sobre mão-de-obra estrangeira em vigor no Estado onde vai ser prestado o serviço, compete à entidade adjudicante desenvolver todos os esforços necessários para facilitar ao consultor a obtenção das autorizações e vistos exigidos, incluindo autorizações de residência e licenças de trabalho, para o pessoal cujos serviços o consultor e a entidade adjudicante considerem necessários, bem como autorizações de residência para as respectivas famílias.
- 9.3. A entidade adjudicante dará aos seus funcionários, mandatários e representantes todas as instruções necessárias ou adequadas para facilitar a pronta e eficaz execução dos serviços.

## OBRIGAÇÕES DO CONSULTOR

## Artigo 10º

## Obrigações gerais

- 10.1. O consultor deverá respeitar e cumprir todas as leis e regulamentos aplicáveis em vigor no Estado da

entidade adjudicante e providenciar para que o seu pessoal, as pessoas a cargo deste e os seus empregados locais também respeitem e cumpram essas leis e regulamentos. O consultor deverá indemnizar a entidade adjudicante de quaisquer reclamações e processos decorrentes de qualquer infracção a tais leis e regulamentos cometida por ele, pelo seu pessoal ou pelas pessoas a seu cargo.

- 10.2. O consultor deve prestar os serviços com o devido cuidado, eficiência e diligência, segundo as melhores práticas profissionais e em conformidade com as disposições das presente condições gerais, com os termos de referência e com as instruções do fiscal.
- 10.3. O consultor deve respeitar as ordens administrativas emanadas do fiscal. Quando o consultor considerar que as exigências de uma ordem administrativa ultrapassam a autoridade do fiscal ou o âmbito do contrato deve, sob pena de prescrição, notificar o fiscal no prazo de 30 dias a contar da recepção da referida ordem, expondo os motivos da sua opinião. A notificação pelo consultor não suspende a execução da ordem administrativa.
- 10.4. Se o consultor ou qualquer dos seus subconsultores, consultores independentes, mandatários ou empregados propuser dar, concordar em propor ou dar, ou der a qualquer pessoa quaisquer «luvas», prendas, gratificação ou comissão como incentivo para ou recompensa por realizar ou se abster de realizar qualquer acto relacionado com o contrato ou com qualquer outro contrato com a entidade adjudicante, ou por mostrar preferência ou má vontade relativamente a qualquer pessoa relacionada com o contrato ou com qualquer outro contrato com a entidade adjudicante, esta pode, sem prejuízo de quaisquer direitos adquiridos pelo consultor nos termos do contrato, rescindi-lo, aplicando-se o disposto nos artigos 40º e 41º.
- 10.5. O consultor considerará privados e confidenciais todos os documentos e informações recebidos em relação com o contrato e, excepto na medida em que tal seja necessário para a execução do contrato, não publicará nem dará a conhecer quaisquer pormenores do mesmo sem o prévio consentimento por escrito da entidade adjudicante ou do fiscal após consulta à entidade adjudicante. Caso surja qualquer desacordo quanto à necessidade de publicar ou dar a conhecer quaisquer elementos para efeitos do contrato, a decisão final caberá à entidade adjudicante.
- 10.6. Se o consultor for uma *joint venture* ou um consórcio de duas ou mais pessoas, as referidas pessoas serão individual e solidariamente responsáveis pelo cumprimento dos termos do contrato de acordo com a

legislação do Estado da entidade adjudicante e designarão, a pedido da entidade adjudicante, uma delas para agir como chefe de fila, com autoridade para vincular a *joint venture* ou o consórcio. A composição ou constituição da *joint venture* ou do consórcio não pode ser alterada sem o prévio consentimento da entidade adjudicante.

#### Artigo 11º

##### Deontologia

- 11.1. O consultor deve actuar sempre com lealdade e imparcialidade e como conselheiro fiel da entidade adjudicante em conformidade com as regras e/ou o código deontológico da sua profissão, e fazer uso da discricção adequada. Deve abster-se, em especial, de prestar declarações públicas acerca do projecto ou dos serviços sem o prévio acordo da entidade adjudicante e de executar qualquer actividade contrária às suas obrigações contratuais para com esta entidade. O consultor não tem autoridade para vincular a entidade adjudicante seja de que modo for, sem o seu prévio consentimento por escrito, e deve deixar clara esta obrigação perante terceiros, quando necessário.
- 11.2. Enquanto durar o contrato, o consultor e os seus empregados devem respeitar a prática política, cultural e religiosa prevalecente no Estado da entidade adjudicante.
- 11.3. A remuneração do consultor nos termos do contrato constituirá a sua única remuneração a título do contrato, e nem ele nem o seu pessoal deverão aceitar qualquer comissão, desconto, subsídio, pagamento indirecto ou qualquer outra remuneração relacionada com o contrato ou com o cumprimento das suas obrigações contratuais.
- 11.4. O consultor não deve beneficiar, directa ou indirectamente, de qualquer direito (*royalty*), gratificação ou comissão relacionada com um produto ou um processo registado ou protegido utilizado no âmbito do contrato ou do projecto, ou para efeitos do mesmo, salvo acordo escrito que o autorize.
- 11.5. O consultor e o seu pessoal são obrigados a manter o segredo profissional durante todo o período do contrato e após a conclusão do mesmo, no que se refere às informações e aos documentos obtidos ou levados ao seu conhecimento durante a execução do contrato. Salvo prévia autorização por escrito da entidade adjudicante nem o consultor nem o seus empregados ou o pessoal por ele contratado devem, em caso algum, comunicar a qualquer pessoa ou entidade informações confidenciais que lhes tenham sido reveladas para efeitos da prestação dos serviços ou que por eles tenham sido descobertas no decurso desses serviços, nem divulgar informações relativas às recomendações feitas no decurso ou como resul-

tado da prestação dos serviços. Além disso, não devem utilizar as informações que lhes tenham sido fornecidas nem os resultados de estudos, ensaios e investigações efectuados para efeitos da execução do contrato que, de qualquer modo, possa ser prejudicial para a entidade adjudicante.

#### Artigo 12º

##### Independência

- 12.1. O consultor deve abster-se de quaisquer relações susceptíveis de comprometer a sua independência ou a do seu pessoal. Caso o consultor não conserve essa independência, a entidade adjudicante pode rescindir imediatamente o contrato sem notificação formal, sem prejuízo de qualquer indemnização que lhe seja devida para danos que tenha eventualmente sofrido em virtude desse facto.
- 12.2. Após a celebração ou a rescisão precoce do contrato, o consultor deve limitar o seu papel em relação ao projecto à prestação de serviços. Salva autorização dada por escrito pela entidade adjudicante é-lhe vedado, bem como a qualquer outro empreiteiro, consultor ou fornecedor com o qual esteja associado ou do qual seja filiado, executar trabalhos, fornecimentos ou prestar outros serviços para o projecto, seja a que título for e, inclusivamente, apresentar propostas para qualquer parte do projecto.

#### Artigo 13º

##### Especificações e desenhos

- 13.1. O consultor deve elaborar todas as especificações e desenhos utilizando sistemas aprovados e geralmente comprovados susceptíveis de ser aceites pela entidade adjudicante e tomando em consideração os critérios de concepção mais recentes.
- 13.2. O consultor deve providenciar para que as especificações e desenhos, bem como toda a documentação relativa ao fornecimento de bens e à prestação de serviços para o projecto sejam elaborados com imparcialidade, por forma a assegurar uma concorrência efectiva entre os candidatos ao concurso.

#### Artigo 14º

##### Indemnização

- 14.1. O consultor deve indemnizar, proteger e defender, a expensas suas, a entidade adjudicante e os seus mandatários e empregados de/ou contra qualquer acção, reclamação, perda ou dano resultante de qualquer acto ou omissão do consultor no decurso da prestação dos serviços e, inclusivamente, de qualquer

violação de disposições legais ou direitos de terceiros em matéria de patentes, marcas comerciais e outras formas de propriedade intelectual, como por exemplo direitos de autor.

- 14.2. O consultor deve indemnizar, proteger e defender, a expensas suas, a entidade adjudicante e os seus mandatários e empregados de/ou contra qualquer acção, reclamação, perda ou dano resultante do não cumprimento das suas obrigações previstas no artigo 10º, desde que:
- a) Seja informado dessas acções, reclamações, perdas ou danos o mais tardar 30 dias após a entidade adjudicante delas ter tomado conhecimento;
  - b) A sua responsabilidade nos termos do presente artigo seja limitada ao montante referido nas condições especiais e desde que esse limite não se aplique às acções, reclamações, perdas ou danos resultantes de uma actuação deliberada da sua parte;
  - c) A sua responsabilidade nos termos do presente artigo seja limitada às acções, reclamações, perdas ou danos directamente resultantes do não cumprimento das suas obrigações contratuais e não inclua qualquer responsabilidade resultante de acontecimentos imprevisíveis fortuita ou indirectamente decorrentes desse não cumprimento.
- 14.3. O consultor deve, a expensas suas e a pedido da entidade adjudicante, reparar qualquer defeito na execução dos serviços, caso não tenha cumprido as suas obrigações contratuais.
- 14.4. Não obstante quaisquer disposições em contrário no presente artigo, não pode ser imputada ao consultor qualquer responsabilidade por acções, reclamações, perdas ou danos resultantes:
- a) Do facto de a entidade adjudicante não actuar de acordo com qualquer recomendação, ou ignorar qualquer acto, decisão ou recomendação do consultor ou exigir ao consultor que aplique uma decisão ou uma recomendação com a qual não esteja de acordo ou em relação à qual exprima sérias reservas;
  - ou
  - b) Do facto de as instruções dadas pelo consultor serem executadas de forma incorrecta pelos mandatários, empregados ou empreiteiros independentes contratados pela entidade adjudicante.
- 14.5. Após a conclusão dos serviços, o consultor continua a ser responsável por eventuais faltas no cumprimento das suas obrigações contratuais, pelo período que a legislação por que se rege o contrato estipular.

### Artigo 15º

#### Disposições em matéria de exame médico e seguros

- 15.1. Para ser contratado pela entidade adjudicante, o consultor deve fornecer uma prova que permita àquela entidade certificar-se de que ele e/ou o seu pessoal estão de boa saúde e não sofrem de qualquer incapacidade susceptível de interferir com a prestação dos serviços. A entidade adjudicante pode pedir ao consultor e/ou ao seu pessoal que presta os serviços que se submeta a um exame por um médico qualificado antes de deixar o seu local de residência habitual e que lhe forneça, logo que possível, o relatório médico resultante desse exame.
- 15.2. O consultor deve efectuar um seguro de doença para si próprio e para os seus empregados para o período de vigência do contrato. Salvo disposição expressa no contrato, a entidade adjudicante não é responsável pelo pagamento das despesas médicas do consultor.
- 15.3. A entidade adjudicante não assumirá qualquer responsabilidade em matéria de seguro de vida, seguro de doença, seguro contra acidentes, seguro de viagem ou qualquer outro seguro que possa ser necessário ou desejável para o pessoal ou dos subconsultores ou outros consultores independentes para efeitos da prestação dos serviços ou para os membros das respectivas famílias.
- 15.4. No prazo de 20 dias a contar da notificação da aprovação do contrato, o consultor deve efectuar e manter um seguro de indemnização total de um montante cujo limite será estabelecido nas condições especiais e que cubra, desde o início da execução do contrato e por toda a duração do mesmo:
- a) A responsabilidade do consultor em caso de doença ou acidente de trabalho que afecte os seus empregados, incluindo as despesas de repatriamento por motivos de saúde;
  - b) A perda ou a danificação do equipamento da entidade adjudicante utilizado para a execução do contrato;
  - c) A responsabilidade civil em caso de acidente causado a terceiros ou à entidade adjudicante e a qualquer dos seus empregados em consequência da execução do contrato;
  - d) A morte por acidente ou a incapacidade permanente resultante de lesões corporais produzidas durante o período do contrato;
  - e
  - e) Qualquer outro seguro mencionado nas condições especiais ou exigido nos termos da legislação do Estado da entidade adjudicante.



15.5. As condições especiais podem ainda exigir que o consultor efectue um seguro que cubra a perda ou a danificação dos objectos pessoais dos seus empregados e das respectivas famílias em serviço no Estado da entidade adjudicante.

15.6. O consultor deve apresentar sem demora a prova de ter efectuado o seguro e o pagamento regular dos prémios sempre que tal lhe seja solicitado pela entidade adjudicante ou pelo fiscal.

#### Artigo 16º

##### Direitos exclusivos sobre relatórios e documentos

16.1. Todos os relatórios e dados tais como mapas, diagramas, desenhos, especificações, planos, estatísticas, cálculos e documentos justificativos, ou qualquer outro material adquirido, compilado ou elaborado pelo consultor no decurso da execução do contrato são confidenciais e são propriedade exclusiva da entidade adjudicante. Após a conclusão do contrato, o consultor deve entregar todos esses documentos e dados, não podendo porém utilizá-los para efeitos alheios ao contrato sem o prévio consentimento por escrito da entidade adjudicante.

16.2. O consultor não deve publicar quaisquer artigos relativos aos serviços ou referir-se a estes quando prestar serviços a terceiros, nem divulgar informações obtidas da entidade adjudicante sem o consentimento por escrito desta última.

##### NATUREZA DOS SERVIÇOS

#### Artigo 17º

##### Âmbito dos serviços

17.1. O consultor deve executar os serviços previstos no contrato em conformidade com os termos de referência.

17.2. O contrato pode consistir em uma ou mais das seguintes missões:

- estudo de identificação e definição do projecto,
- estudo económico de mercado,
- estudo de pré-viabilidade e/ou de viabilidade,
- estudos de execução do projecto (anteprojecto ou projecto e, se for caso disso, desenhos de execução, elaboração do processo do concurso),

- supervisão do projecto,
- gestão da execução do projecto,
- fornecimento de pessoal,
- outras formas de assistência técnica.

17.3. As condições especiais devem indicar os termos de referência, que especificarão nomeadamente:

- a) O objecto e o âmbito do contrato;
- b) O grau de precisão a atingir e as diferentes fases ou partes dos serviços;
- e
- c) O tipo e conteúdo dos relatórios, exposições, planos, cálculos, medições, especificações, estimativas e quaisquer outros documentos que o consultor tenha de elaborar no termo de cada fase ou parte do estudo e após a conclusão do mesmo;

17.4. Quando o contrato se referir à prestação de assistência técnica à entidade adjudicante e/ou ao fiscal, é confiada ao consultor a função de conselheiro da entidade adjudicante e/ou do fiscal no que se refere a todas as questões de ordem técnica relacionadas com a concepção do projecto que possam surgir durante a sua execução. A tomada de decisões não é da responsabilidade do consultor.

17.5. Quando o contrato se referir à gestão da execução do projecto, o consultor deve assumir, em conformidade com a legislação do Estado da entidade adjudicante e, sob a autoridade do fiscal, todas as tarefas de gestão inerentes à supervisão da execução do projecto.

17.6. Se, nos termos das condições especiais, o consultor tiver de elaborar o processo do concurso, este deverá conter todos os documentos necessários para permitir consultar empreiteiros, fabricantes e fornecedores qualificados e elaborar as propostas para a execução da obra ou a entrega dos fornecimentos ou serviços objecto de uma concurso. A entidade adjudicante deve fornecer ao consultor as informações necessárias para a elaboração da parte administrativa do processo do concurso.

17.7. Quando o contrato se referir à supervisão de um projecto, será confiada ao consultor a direcção da fase de execução do projecto.

17.8. Não obstante o disposto no nº 2 do artigo 12º, podem ser confiados ao consultor responsável pelas

fases de estudo e/ou concepção do projecto outros serviços de gestão e supervisão do projecto, incluindo o fornecimento de assistência técnica.

#### Artigo 18º

##### Fornecimento de pessoal

- 18.1. Quando o contrato se referir ao fornecimento de pessoal para a execução de um projecto, o consultor fornecerá o pessoal necessário em domínios específicos relacionados com a execução do projecto, para a prestação da assistência técnica e/ou para o desempenho de funções de consultoria ou gestão. Esse pessoal ficará sob a autoridade directa do fiscal.
- 18.2. Os serviços serão prestados pelo pessoal mencionado no contrato pelos períodos de tempo nele indicado. O consultor pode, com o acordo prévio da entidade adjudicante, proceder a pequenos ajustamentos nesses períodos, caso tal se revele adequado para assegurar a eficaz prestação dos serviços, sob condição de que esses ajustamentos não façam com que os pagamentos efectuados a título do contrato excedam o preço estipulado no mesmo.
- 18.3. O consultor é responsável pela qualidade do pessoal que põe à disposição da entidade adjudicante.
- 18.4. O consultor não procederá a mudanças de pessoal sem autorização prévia da entidade adjudicante. Deve, porém, fornecer um substituto com qualificações e experiência pelo menos equivalentes e consideradas aceitáveis pela entidade adjudicante, se:
  - a) Por motivo de doença ou acidente, um membro do pessoal não tiver em condições de prestar os seus serviços;
  - b) A entidade adjudicante considerar que uma pessoa mencionada no contrato é incompetente ou não é indicada para o exercício das funções previstas no contrato;
  - c) Por quaisquer outras razões alheias à vontade do consultor, se revelar necessário substituir algum elemento do seu pessoal.
- 18.5. A remuneração a pagar a uma pessoa designada para substituir outra não pode ser superior à remuneração que teria sido paga à pessoa substituída.
- 18.6. Excepto no caso de substituição resultante de falecimento ou quando a entidade adjudicante solicitar uma substituição não previstas nos termos do contrato, o consultor será responsável por todas as despesas suplementares resultantes da substituição ou com ela relacionadas. Estas despesas incluem o custo da viagem de regresso do elemento do pessoal substituído e da sua família e, se for caso disso, as despesas resultantes da necessidade de conservar simultaneamente no local de trabalho o elemento do pessoal a substituir e o seu substituto.

#### Artigo 19º

##### Pessoal e equipamento

- 19.1. O pessoal a utilizar pelo consultor para a execução do contrato deverá ser aprovado pela entidade adjudicante. As condições especiais especificarão o nível mínimo de formação, qualificação e experiência do pessoal do consultor e, quando necessário, as especializações exigidas.
- 19.2. Serão fornecidas à entidade adjudicante, para aprovação, as referências e o *curriculum vitae* de cada elemento do pessoal do consultor que participará na execução do contrato, quer juntamente com a proposta do consultor, no caso de ser efectuado um concurso, quer, noutros casos, antes da celebração do contrato.
- 19.3. A entidade adjudicante deve comunicar a sua aprovação ou recusa no prazo de 30 dias a contar da nomeação do consultor ou da apresentação da candidatura, nos termos do nº 2 do presente artigo, consoante for o caso.
- 19.4. O pessoal aprovado pela entidade adjudicante começará a exercer as suas funções na data ou no prazo previstos nas condições especiais ou, caso estes não sejam indicados, na data ou nos prazos comunicados ao consultor pela entidade adjudicante.
- 19.5. Salvo disposição em contrário contida nas condições especiais, o pessoal do consultor deve residir na proximidade do respectivo local de trabalho. Nos casos em que uma parte dos serviços deva ser executada fora do Estado da entidade adjudicante, o consultor deve manter o fiscal informado do nome e das qualificações do pessoal afecto a essa parte dos serviços, bem como do equipamento utilizado.
- 19.6. O consultor deve:
  - a) Enviar ao fiscal, no prazo de 15 dias a contar da adjudicação do contrato, o calendário proposto para o colocação do pessoal, a especificação das suas tarefas e uma lista do equipamento que tenciona utilizar na prestação dos serviços;
  - b) Informar o fiscal, com devida antecedência, das datas de chegada e partida de cada elemento do pessoal;
  - c) Submeter um pedido à aprovação do fiscal, com a devida antecedência, sempre que pretenda proceder a qualquer mudança de pessoal ou a qualquer alteração no calendário inicial ou no equipamento.
- 19.7. O consultor deve adoptar todas as medidas necessárias para garantir ao seu pessoal o equipamento

necessário para a execução das suas tarefas específicas nas melhores condições de eficácia.

terá início, no que se refere a esses serviços, na data real da sua prestação, que não pode anteceder a data fixada pela entidade adjudicante.

#### Artigo 20º

##### Estagiários

- 20.1. O consultor assegurará, pelo período de duração do contrato, a formação dos estagiários que lhe forem confiados pela entidade adjudicante em conformidade com as disposições do contrato.
- 20.2. O facto de a formação destes estagiários estar a cargo do consultor não lhes confere o estatuto de seus empregados. Todavia, devem dar cumprimento às instruções do consultor, bem como ao disposto no artigo 11º, como se fossem empregados do consultor. O consultor poderá obter, mediante pedido fundamentado apresentado por escrito, a substituição de qualquer estagiário cujo trabalho ou conduta não sejam satisfatórios.
- 20.3. Salvo disposição em contrário contida no contrato, a remuneração dos estagiários, bem como as respectivas despesas de viagem e alojamento e quaisquer outras despesas por eles efectuadas são da conta da entidade adjudicante.
- 20.4. O consultor deve apresentar um relatório trimestral à entidade adjudicante sobre o desempenho dos estagiários. Imediatamente antes da conclusão dos serviços, o consultor deve elaborar um relatório sobre os resultados da formação e uma avaliação das qualificações por estes obtidas com vista ao seu futuro emprego. A forma e o modo de apresentação destes relatórios serão os estabelecidos nas condições especiais.

#### EXECUÇÃO DO CONTRATO

#### Artigo 21º

##### Ordem de início dos trabalhos

- 21.1. A entidade adjudicante fixará a data do início da execução do contrato e avisará o consultor, quer na notificação de adjudicação do contrato quer por meio de uma ordem administrativa emitida pelo fiscal.
- 21.2. A não ser que as partes decidam de outro modo, a data de início da prestação dos serviços situar-se-á no período de 180 dias a seguir à notificação da adjudicação do contrato.
- 21.3. Sempre que se prever que os serviços sejam prestados fora do Estado da entidade adjudicante, o contrato

#### Artigo 22º

##### Prazo de execução

- 22.1. O período de execução iniciar-se-á na data fixada de acordo com o nº 1 do artigo 21º e será o estabelecido no contrato, sem prejuízo de eventuais prorrogações que possam ser concedidas nos termos do artigo 23º.
- 22.2. Quando forem estipulados prazos de execução separados para lotes separados, esses prazos não poderão ser adicionados no caso de ser adjudicada mais que um lote a um mesmo consultor.
- 22.3. Se, no caso de projectos de cooperação técnica que se estendam por vários anos, as condições especiais previrem vários prazos contratuais, o prazo de execução será fixado tomando em consideração o disposto no artigo 31º e as partes apenas ficarão vinculadas em relação ao primeiro prazo. A menos que uma das partes deseje rescindir o contrato no termo de um dos prazos contratuais, este será renovado no final de cada prazo por meio de sucessivos averbamentos, que especificarão as medidas a tomar pelo consultor. A remuneração relativa a cada novo período contratual será fixada em conformidade com os princípios estabelecidos no contrato.
- 22.4. Se uma das partes não tiver intenção de renovar o contrato por um novo período contratual, deve notificá-lo à outra parte o mais tardar 90 dias antes do termo do período contratual em curso.

#### Artigo 23º

##### Prorrogação do prazo de execução

- 23.1. O consultor pode pedir a prorrogação do prazo de execução caso esteja ou possa vir a estar atrasado na execução do contrato por qualquer dos seguintes motivos:
  - a) Encomenda pelo fiscal de trabalhos extraordinários ou suplementares;
  - b) Ordens administrativas que afectem a data de conclusão dos serviços e que não decorram de qualquer falta do consultor;
  - c) Não cumprimento pela entidade adjudicante das suas obrigações contratuais;
  - d) Qualquer suspensão dos serviços que não decorra de qualquer falta do consultor;
  - e) Força maior;

- f) Quaisquer outras causas de atraso referidas nas presentes condições gerais que não decorram de qualquer falta do consultor.

23.2. No prazo de 15 dias após ter tido conhecimento de que pode verificar-se um atraso, o consultor notificará o fiscal da sua intenção de apresentar um pedido para a prorrogação do prazo de execução a que se considere com direito e, salvo acordo em contrário entre o consultor e o fiscal, entregará a este último elementos completos e pormenorizados sobre o referido pedido, a fim de que o mesmo possa ser analisado nessa ocasião.

23.3. Após as devidas consultas à entidade adjudicante e eventualmente ao consultor, o fiscal concederá a este último, por escrito, a prorrogação do prazo de execução que se justificar, com efeitos futuros ou retroactivos ou, se assim o entender, informará o consultor de que não tem direito a qualquer prorrogação.

#### Artigo 24º

##### Atrasos na execução

24.1. Se o consultor não prestar os serviços dentro do(s) prazo(s) de execução estabelecido(s) no contrato, a entidade adjudicante terá direito, sem notificação formal e sem prejuízo de outras reparações estipuladas no contrato, a uma indemnização por cada dia ou parte de dia que decorra entre o termo do prazo estabelecido para a execução, ou o termo da prorrogação nos termos do artigo 23º e a data efectiva da conclusão dos serviços à taxa fixada nas condições especiais e até ao montante máximo nelas estabelecido.

24.2. Se a entidade adjudicante tiver direito a exigir a indemnização máxima nos termos do nº 1 do presente artigo pode, depois de notificar o consultor:

- a) Rescindir o contrato;
- e
- b) Concluir os serviços a expensas do consultor.

#### Artigo 25º

##### Suspensão

25.1. Por ordem do fiscal, o consultor suspenderá a execução dos serviços ou de qualquer das suas partes pelo período ou períodos e da maneira que o fiscal considerar necessários.

25.2. Após consulta à entidade adjudicante e ao consultor, o fiscal determinará a prorrogação do prazo de

execução a conceder ao consultor que, na opinião do fiscal, seja justo e razoável.

25.3. Se o período de suspensão dos trabalhos exceder 180 dias e a suspensão não for devida a falta do consultor, este pode, mediante aviso ao fiscal, pedir autorização para prosseguir os trabalhos dentro de 30 dias ou rescindir o contrato

#### Artigo 26º

##### Alteração do contrato

26.1. Sem alterar o objecto ou o âmbito do contrato, o fiscal tem poderes para ordenar as alterações de qualquer parte dos serviços que sejam necessárias à boa conclusão dos mesmos. As referidas alterações podem incluir alargamentos, supressões, substituições, e mudanças de qualidade e/ou quantidade bem como alterações na sequência, método ou calendário para a execução dos serviços. As ordens de alterações não poderão ter como efeito invalidar o contrato, devendo, no entanto, as suas consequências financeiras, se as houver, ser avaliadas de acordo com os nºs 5 e 7 do presente artigo.

26.2. As alterações deverão sempre ser feitas através de uma ordem administrativa emitida pelo fiscal, tendo em conta que:

- a) Se, por qualquer razão, o fiscal tiver necessidade de dar uma ordem oralmente, deverá confirmá-la posteriormente através de uma ordem administrativa o mais rapidamente possível;
- b) Se o consultor confirmar por escrito uma ordem oral dada ao abrigo da alínea a) e essa confirmação não for imediatamente refutada por escrito pelo fiscal, considera-se essa ordem emitida por ordem administrativa.

26.3. Excepto no caso previsto no nº 2 do artigo 26º, antes de dar qualquer ordem administrativa de alteração, o fiscal notificará o consultor da natureza e forma da referida alteração. Logo que possível, após a recepção da notificação, o consultor apresentará ao fiscal uma proposta incluindo:

- a) Uma descrição do serviço a realizar ou as medidas a tomar e um plano para a sua execução;
- b) Quaisquer alterações necessárias do programa de execução ou de qualquer das obrigações do consultor nos termos do contrato;
- e
- c) Qualquer ajustamento do preço contratual, de acordo com o disposto no presente artigo.

26.4. Após recepção da proposta do consultor referida no nº 3 do artigo 26º e depois de efectuar as devidas consultas à entidade adjudicante e eventualmente ao consultor, o fiscal decidirá com a maior brevidade possível se a alteração deve ou não ser executada. Se o fiscal decidir que a alteração deve ser executada, emitirá uma ordem administrativa determinando que a alteração seja executada pelos preços e nas condições estabelecidas na proposta do consultor referida no nº 3 do presente artigo, com as alterações eventualmente nela introduzidas pelo fiscal de acordo com o nº 5 do presente artigo.

26.5. Os preços das alterações ordenadas pelo fiscal em conformidade com os nºs 2 e 4 do presente artigo será por ele apurado de acordo com os seguintes princípios:

- a) Se o trabalho for do mesmo tipo e executado nas mesmas condições que o trabalho contado no mapa de preços, será avaliado com base nas tarifas e preços constantes do mapa;
- b) Se o trabalho não for do mesmo tipo ou se não for executado nas mesmas condições, as tarifas e preços estipulados no contrato, quando razoáveis, serão utilizados como base de avaliação; caso contrário, o fiscal procederá a uma avaliação justa;
- c) Se a natureza ou o preço da alteração em compensação com a natureza ou o preço da totalidade ou parte do serviço forem tais que, devido a essa alteração, o fiscal deixe de considerar razoáveis as taxas e preços de qualquer parte do trabalho estipulados no contrato, fixará as tarifas e preços que, de acordo com as circunstâncias, considerar razoáveis e adequados;
- d) Quando houver necessidade de proceder a uma alteração devido a qualquer falta ou não cumprimento do contrato por parte do consultor, qualquer custo adicional imputável à referida alteração será por este suportado.

26.6. Após a recepção da ordem administrativa em que é pedida a alteração, o consultor executá-la-á e, ao fazê-lo, ficará sujeito às presentes condições gerais, como se a referida alteração constasse do contrato. Os serviços não deverão ficar pendentes até à concessão de qualquer prorrogação do prazo de execução ou ajustamento do preço contratual. Sempre que uma ordem de alteração preceder o ajustamento do preço contratual, o consultor deverá manter registos dos custos da alteração e do tempo nela dispendido. Os referidos registos deverão poder ser oportunamente consultados pelo fiscal.

26.7. Quando, após a recepção provisória, qualquer aumento ou redução do valor total das prestações requeridas nos termos do contrato resultante de uma ordem administrativa ou de outra circunstância não causada por falta imputável ao consultor exceder 15 % do preço contratual, o fiscal, depois de consultar a entidade adjudicante e o consultor, determinará quaisquer suplementos ou reduções do preço contratual, nos termos do nº 5 do presente artigo. O montante assim determinado basear-se-á na quantia em que o aumento ou redução do valor do serviço exceder os 15 % e será notificado pelo fiscal à entidade adjudicante e ao consultor, procedendo-se ao correspondente ajustamento do preço contratual.

#### Artigo 27º

##### Horário de trabalho

Os dias e as horas de trabalho do consultor no Estado da entidade adjudicante serão fixados tendo em conta as leis, regulamentos e costumes do Estado da entidade adjudicante, bem como as exigências dos serviços.

#### Artigo 28º

##### Regime de férias e licenças

28.1. Quando o contrato previr férias anuais, o consultor terá direito a gozar férias anuais durante o prazo de execução do contrato, nas condições estipuladas no presente artigo.

28.2. A contagem do tempo de férias anuais a que o consultor tem direito será feita de acordo com o estipulado no contrato. As férias serão autorizadas com base em períodos completos de seis meses e, terminados estes, com base em qualquer parte de mês durante a qual o consultor preste os serviços. As férias anuais durante o prazo de execução do contrato deverão ser gozadas num período aprovado pelo fiscal.

28.3. As férias anuais não poderão ser convertidas em dinheiro salvo se, na opinião do fiscal, as exigências do serviço impedirem que possam ser gozadas durante o prazo de execução do contrato.

28.4. O consultor não tem direito a licenças por doença ou ocasionais, no pressuposto, porém, de que o fiscal pode, a título discricionário, por razões humanitárias ou outras, conceder-lhe licenças não remuneradas durante o prazo de execução do contrato.

*Artigo 29º***Informações**

O consultor deve fornecer ao fiscal todas as informações relativas aos serviços e ao projecto que este lhe possa pedir. A este respeito, o consultor deve elaborar relatórios periódicos, cujo objecto e frequência serão os determinados nas condições especiais. As dificuldades de execução ou as omissões técnicas nos termos de referência serão objecto de relatórios especiais.

*Artigo 30º***Registos**

- 30.1. O consultor deve manter uma contabilidade e registos sistemáticos e precisos dos serviços, na forma e com os pormenores habituais na sua profissão, de modo a permitir verificar com precisão se os custos e as despesas referidos no artigo 35º foram devidamente efectuados para efeitos da prestação dos serviços.
- 30.2. O consultor deve permitir ao fiscal examinar, sempre que oportuno, os registos e a contabilidade relativos aos serviços e deles tirar fotocópias, devendo igualmente permitir à entidade adjudicante ou a qualquer pessoa por ela autorizada verificar esses registos e contabilidade, tanto durante como após a prestação dos serviços.

*Artigo 31º***Apresentação de relatórios**

- 31.1. Imediatamente antes da conclusão dos serviços, o consultor deve elaborar um relatório geral confidencial acompanhado, quando tal se justifique, de uma análise financeira do projecto e de um estudo crítico de qualquer problema maior que se tenha verificado durante a execução do mesmo.
- 31.2. O relatório referido no nº 1 do presente artigo deve ser enviado à entidade adjudicante no número de exemplares estipulados nas condições especiais, o mais tardar 60 dias após a conclusão da prestação dos serviços pelo consultor. Este relatório não vincula a entidade adjudicante.
- 31.3. Quando o contrato for executado por fases, a execução de cada fase deve dar lugar à elaboração de um relatório pelo consultor, salvo disposição em contrário contida nas condições especiais.
- 31.4. Nas condições especiais serão indicadas as pessoas para além da entidade adjudicante às quais devem ser enviados exemplares dos relatórios e documentos

referidos nos artigos 29º e 31º e os prazos em que o consultor deve enviá-los. Esses prazos devem tomar em consideração os prazos estipulados nas condições especiais para a análise e aprovação ou rejeição dos relatórios e documentos pela entidade adjudicante.

*Artigo 32º***Aprovação de relatórios e documentos**

- 32.1. A aprovação pela entidade adjudicante dos relatórios e documentos elaborados e enviados pelo consultor atestará a conformidade dos mesmos com as disposições contratuais.
- 32.2. A entidade adjudicante deve, nos prazos fixados nas condições especiais, notificar o consultor da decisão que tiver tomado a respeito dos documentos ou relatórios que lhe tenham sido enviados, fundamentando a sua decisão no caso de decidir rejeitá-los ou solicitar alterações.
- 32.3. Quando um relatório ou um documento for aprovado pela entidade adjudicante sob reserva de alterações a introduzir pelo consultor, a entidade adjudicante deve fixar um prazo para a introdução das alterações solicitadas.
- 32.4. Nos casos em que o contrato seja executado por fases, a execução de cada fase dependerá da aprovação da fase anterior pela entidade adjudicante, salvo se as fases puderem ser executadas simultaneamente.

**PAGAMENTOS***Artigo 33º***Disposições gerais**

- 33.1. A moeda ou moedas de pagamento serão as estipuladas no contrato.
- 33.2. As condições administrativas e técnicas a que deverão subordinar-se os pagamentos de adiantamentos, os pagamentos por conta ou pagamento do saldo, em conformidade com os artigos 34º a 39º, serão as estipuladas nas condições especiais.

*Artigo 34º***Adiantamentos**

- 34.1. Se tal se encontrar previsto nas condições especiais, o consultor receberá, a seu pedido, adiantamentos destinados a operações relacionadas com a execução

dos serviços, a título de adiantamento global, para que possa fazer face às despesas resultantes do início da execução do contrato.

- 34.2. Sob reserva do disposto nas condições especiais, o montante total dos adiantamentos não poderá exceder 20 % do preço inicial do contrato.
- 34.3. Não será concedido qualquer adiantamento antes de:
- a) As partes terem celebrado o contrato;
  - b) O consultor ter constituído, a favor da entidade adjudicante, uma garantia distinta, imediatamente exigível, pelo montante total do adiantamento, que poderá ser prestada sob a forma de garantia bancária, saque bancário, cheque visado, título emitido por uma seguradora e/ou uma sociedade de prestação de cauções, carta de crédito irrevogável ou depósito em numerário. Se a garantia for constituída sob a forma de garantia bancária, saque bancário, cheque visado ou título, deve ser emitida por um banco ou por uma sociedade de prestação de cauções e/ou seguradora aprovados pela entidade adjudicante e em conformidade com os critérios de elegibilidade aplicáveis à adjudicação. Em qualquer dos casos, a garantia deve ter uma validade efectiva de pelo menos 60 dias após a aceitação do relatório final.
- 34.4. O consultor utilizará o adiantamento exclusivamente em operações relacionadas com a execução dos serviços. Caso o consultor desvie qualquer parte do adiantamento, deverá proceder imediatamente ao seu reembolso perdendo o direito a novos adiantamentos.
- 34.5. No caso de a garantia para cobertura do adiantamento deixar de ser válida e de o consultor não a revalidar, a entidade adjudicante poderá deduzir dos futuros pagamentos devidos ao consultor nos termos do contrato uma quantia igual ao montante do adiantamento ou rescindir o contrato se, em sua opinião, tal dedução for impraticável.
- 34.6. Se por qualquer motivo o contrato for rescindido, as garantias prestadas para cobrir os adiantamentos poderão ser imediatamente exigidas a fim de reembolsar o saldo dos adiantamentos ainda devido pelo consultor, não podendo o garante atrasar o pagamento nem levantar objecções, seja por que motivo for.
- 34.7. A garantia a prestar por adiantamentos prevista no presente artigo será libertada à medida que os adiantamentos forem sendo reembolsados.
- 34.8. Quaisquer outras condições e procedimentos para a concessão e reembolso de adiantamentos serão estabelecidos nas condições especiais.

### Artigo 35º

#### Realização dos pagamentos

- 35.1. O consultor tem direito a pagamentos por conta ou ao pagamento do saldo final em conformidade com os procedimentos, condições e prazos estipulados no contrato à medida que os serviços forem sendo prestados e aprovados.
- 35.2. As partes de mês serão remuneradas numa base diária de 1/30 do preço unitário mensal correspondente. As deduções por qualquer prestação de serviços incompleta efectuar-se-ão com base nos preços previstos no contrato para a parte dos serviços que não tiver sido prestada.
- 35.3. Para a parte do contrato baseada em preços globais e fixos ou em preços unitários, apenas pode ser prevista a realização de pagamentos por conta para os serviços prestados e, no que toca à parte do contrato baseada no reembolso dos custos, esses pagamentos apenas podem ser efectuados mediante a apresentação dos documentos justificativos correspondentes.
- 35.4. O montante dos pagamentos por conta não deve exceder 90 % do valor dos serviços a que esses pagamentos se referem; os 10 % retidos de cada pagamento por conta serão incluídos no pagamento do saldo final.
- 35.5. A periodicidade dos pagamentos por conta será a prevista nas condições especiais. Em geral, estes pagamentos serão efectuados quer mensalmente quer à medida que forem sendo concluídas certas fases ou partes dos serviços.
- 35.6. As condições especiais determinarão as condições de pagamentos de outros serviços confiados ao consultor.
- 35.7. Para cada pagamento, o consultor deve enviar à entidade adjudicante um pedido de pagamento em quatro exemplares, bem como contas discriminadas por rubrica, acompanhadas de recibos, facturas e documentos justificativos e outros documentos adequados, relativamente aos montantes a pagar por cada mês ou período.
- 35.8. No prazo de 30 dias a contar da sua recepção, o referido pedido de pagamento por conta será aprovado ou alterado de forma a que, na opinião do fiscal, corresponda ao montante devido ao consultor nos termos do contrato. Em caso de divergência de opiniões quanto ao valor de um elemento, prevalecerá o parecer do fiscal. Após ter determinado o montante devido ao consultor o fiscal entregará à entidade adjudicante e ao consultor uma nota de pagamento indicando o montante devido a este último, e comunicará ao consultor a que serviços corresponde o pagamento a efectuar.



35.9. O fiscal poderá, através de uma nota de pagamento por conta, efectuar correcções ou alterações em qualquer nota por si emitida e terá igualmente poder para modificar ou reter qualquer nota de pagamento se os serviços ou qualquer parte dos mesmos não estiverem a ser executados a seu contento.

35.10. O pagamento do saldo final dependerá do cumprimento pelo consultor de todas as suas obrigações relativas à execução de todas as fases ou partes dos serviços, bem como da aprovação pela entidade adjudicante da última fase ou parte dos serviços. O pagamento final apenas será efectuado depois de o relatório final e um extracto de conta final, identificados como tal, terem sido apresentados pelo consultor e aprovados pela entidade adjudicante. Qualquer montante que a entidade adjudicante tenha pago ou mandado pagar em conformidade com o disposto no presente artigo para além do montante a que o consultor tenha direito nos termos do contrato deverá ser reembolsada pelo consultor à entidade adjudicante no prazo de 30 dias a contar da recepção pelo consultor da correspondente notificação.

35.11. Caso se verifique, com carácter de persistência, uma das seguintes ocorrências, a entidade adjudicante pode, mediante notificação por escrito ao consultor, suspender total ou parcialmente os pagamentos que lhe forem devidos nos termos do contrato:

- a) Falta na execução do contrato pelo consultor;
- b) Qualquer outra circunstância por que o consultor seja responsável nos termos do contrato e que, na opinião da entidade adjudicante, interfira, ou ameace interferir, com a correcta realização do projecto ou do contrato.

#### Artigo 36º

##### Viagens e transportes

36.1. Salvo disposição em contrário nas condições especiais, as despesas de viagem do pessoal elegível do consultor bem como dos respectivos cônjuges e filhos a cargo, na acepção da lei do país em que o consultor tenha a sua sede social, serão suportadas pela entidade adjudicante. Estas despesas limitar-se-ão ao custo do trajecto mais directo praticável entre o local de residência habitual e o local de execução do contrato.

36.2. As viagens que tenham de ser efectuadas por via marítima, férrea ou fluvial sê-lo-ão em primeira classe. As despesas de transporte da bagagem do pessoal elegível entre o local de residência habitual e

o local de execução do contrato serão suportadas pela entidade adjudicante dentro dos limites de peso indicados nas condições especiais.

36.3. As condições especiais determinarão as condições em que as despesas de transporte de documentos, equipamento e materiais poderão ser suportadas pela entidade adjudicante.

36.4. O reembolso dependerá sempre da apresentação de documentos justificativos.

#### Artigo 37º

##### Revisão de preços

37.1. Salvo disposição em contrário contida nas condições especiais e excepto nos casos previstos no nº 4 do presente artigo, o contrato será por preço fixo não susceptível de revisão.

37.2. Sempre que o contrato preveja a revisão dos preços, essa revisão terá em conta as variações de preço dos elementos significativos de origem local ou externa que serviram como base de cálculo dos preços constantes da proposta, tais como mão-de-obra e outros serviços. As regras aplicáveis à revisão serão as estipuladas nas condições especiais.

37.3. Considerar-se-á que os preços indicados na proposta do consultor foram determinados:

- a) Com base nas condições em vigor 30 dias antes da data limite fixada para a recepção das propostas ou, no caso de contratos por ajuste directo, na data do contrato;

e

- b) Tomando em consideração a legislação e as disposições fiscais aplicáveis na data de referência indicada na alínea a) do presente número.

37.4. Caso, após a data referida no nº 3 do presente artigo, se verifique qualquer alteração ou introdução de novas leis, despachos, decretos, portarias ou outra legislação nacional ou regional ou ainda de quaisquer regulamentos ou posturas emanados de uma autoridade local ou de qualquer outra autoridade pública que dêem origem a uma mudança na relação contratual entre as partes contratantes, a entidade adjudicante e o consultor consultar-se-ão sobre a melhor forma de resolver a questão nos termos do contrato e, como resultado dessa consulta, poderão decidir:

- a) Alterar o contrato;  
ou
- b) O pagamento de uma compensação por uma das partes à outra para anular o desequilíbrio resultante;  
ou
- c) Rescindir o contrato de comum acordo.



- 37.5. Caso se verifique qualquer atraso na prestação dos serviços que seja imputável ao consultor, ou no termo do prazo de execução do contrato, eventualmente revisto nos termos do mesmo, deixará de haver lugar a revisão de preços no período de 30 dias antes da prestação do serviço, excepto no que se refere à aplicação dos novos índices de preços se os mesmos forem favoráveis à entidade adjudicante.

#### Artigo 38º

##### Mora no pagamento

- 38.1. O pagamento ao consultor dos documentos devidos ao abrigo de cada nota de pagamento por conta e o pagamento do saldo final de acordo com a nota emitida pelo fiscal será efectuado pela entidade adjudicante no prazo de 90 dias a contar da data de entrega da referida nota à entidade adjudicante. Se for ultrapassado o prazo estabelecido para pagamento, o consultor terá direito a juros calculados proporcionalmente ao número de dias de mora, à taxa indicada nas condições especiais, com um período máximo, aí igualmente especificado. O consultor terá direito a este pagamento sem aviso formal e sem prejuízo de qualquer outro direito ou indemnização consignados no contrato. No caso de extracto de conta final, os juros de mora serão calculados numa base diária à taxa especificada nas condições especiais.

- 38.2. Qualquer falta de pagamento por um período superior a 120 dias a contar do termo do prazo estabelecido no nº 1 do presente artigo conferirá ao consultor o direito de não executar o contrato ou de o rescindir.

#### Artigo 39º

##### Pagamentos a terceiros

- 39.1. As ordens de pagamento a terceiros só poderão ser executadas após cessão efectuada nos termos do artigo 6º. A cessão será notificada à entidade adjudicante.
- 39.2. A notificação dos beneficiários da cessão será da exclusiva responsabilidade do consultor.
- 39.3. Caso seja proferida uma decisão legalmente vinculativa que ordene uma penhora dos bens do consultor para pagamento de dívidas relacionadas com a execução do contrato e imputáveis ao consultor, e sem prejuízo do prazo estabelecido no artigo 38º, a entidade adjudicante disporá de 30 dias a contar da data de recepção da notificação do levantamento definitivo do obstáculo ao pagamento, para recomençar a pagar ao consultor.

## NÃO CUMPRIMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO

#### Artigo 40º

##### Não cumprimento do contrato

- 40.1. Considera-se que existe não cumprimento do contrato quando uma das partes não satisfizer qualquer das suas obrigações contratuais.
- 40.2. Em caso de não cumprimento do contrato, a parte lesada pelo não cumprimento terá direito às seguintes reparações:
- a) Indemnização por perdas e danos;  
e/ou
  - b) Rescisão do contrato.
- 40.3. A indemnização por perdas e danos pode ser:
- a) Extracontratual (de carácter geral);  
ou
  - b) Contratual (prevista no contrato).
- 40.4. No caso de ter direito a uma indemnização por perdas e danos, a entidade adjudicante poderá deduzir essa indemnização de quaisquer montantes devidos ao consultor ou da garantia adequada.
- 40.5. Nos termos da legislação do Estado da entidade adjudicante, esta terá o direito de ser compensada por quaisquer danos verificados após a conclusão do contrato.

#### Artigo 41º

##### Rescisão pela entidade adjudicante

- 4.1. O contrato pode ser rescindido pela entidade adjudicante em qualquer altura e com efeito imediato, excepto nos casos previstos no nº 2 do presente artigo.
- 41.2. Salvo disposição em contrário nas presentes condições gerais, a entidade adjudicante pode, depois de notificar o consultor com sete dias de antecedência, rescindir o contrato em qualquer dos seguintes casos:
- a) Se o consultor não executar os serviços essencialmente de acordo com o contrato;
  - b) Se o consultor continuar em falta durante um período de 14 dias depois de a entidade adjudicante o ter notificado da suspensão dos pagamentos nos termos do nº 11 do artigo 35º;
  - c) Se o consultor não cumprir dentro de um prazo razoável qualquer notificação do fiscal exigindo-lhe que repare uma negligência ou falha no desempenho das suas obrigações contratuais que afecte gravemente a correcta prestação dos serviços dentro do prazo;
  - d) Se o consultor recusar ou negligenciar o cumprimento de ordens administrativas dadas pelo fiscal;

- e) Se o consultor transmitir a outrem o contrato ou efectuar subcontratos sem autorização da entidade adjudicante;
- f) Se o consultor abrir falência ou se tornar insolvente, ou for objecto de uma ordem judicial nomeando um administrador da massa falida, ou entrar em acordo com os seus credores, ou prosseguir as suas actividades sob a direcção de um administrador da massa falida ou de um gerente a favor dos seus credores, ou entrar em liquidação;
- g) Se tiver transitado em julgado qualquer acção judicial sobre uma infracção que ponha em causa a idoneidade profissional do consultor;
- h) Se existir qualquer outra incapacidade jurídica que impeça a execução do contrato;
- i) Se for efectuada qualquer modificação estrutural que implique uma alteração da personalidade jurídica, natureza ou controlo do consultor, a menos que tal notificação seja averbada no contrato;
- j) Se o consultor não mantiver a sua independência em conformidade com o nº 1 do artigo 12º;
- k) Se o consultor não constituir as garantias ou seguros necessários, ou se a pessoa que prestou a garantia ou seguro anterior deixar de poder honrar os seus compromissos.

41.3. A rescisão do contrato não prejudicará quaisquer outros direitos ou poderes que o contrato atribua à entidade adjudicante e ao consultor. A entidade adjudicante poderá, subsequentemente, proceder ela própria à conclusão dos serviços ou celebrar outro contrato com um terceiro por conta do consultor. A responsabilidade do consultor por atraso na conclusão dos serviços cessará logo que a entidade adjudicante rescinda o contrato, sem prejuízo de qualquer responsabilidade previamente adquirida.

41.4. Após a rescisão do contrato ou a recepção da notificação da mesma, o consultor tomará imediatamente as medidas necessárias para pôr termo rápida e ordenadamente à prestação dos serviços e para reduzir as despesas ao mínimo.

41.5. Tão rapidamente quanto possível após a rescisão do contrato, o fiscal confirmará o valor dos serviços prestados e todos os montantes devidos ao consultor à data da rescisão.

41.6. A entidade adjudicante não será obrigada a efectuar quaisquer novos pagamentos ao consultor até à conclusão da prestação dos serviços, após o que terá

o direito de obter do consultor o reembolso de eventuais despesas suplementares decorrentes da conclusão dos serviços, ou pagará qualquer saldo devido ao consultor.

41.7. Se a entidade adjudicante rescindir o contrato, terá o direito de ser reembolsada pelo empreiteiro por qualquer prejuízo que tenha sofrido até ao montante máximo estabelecido no contrato. Se não estiver estabelecido qualquer montante máximo e sem prejuízo de outras reparações nos termos do contrato, a entidade adjudicante só terá direito a ser reembolsada da parcela do preço contratual que corresponda à parte dos serviços que, por falha do consultor, não tenham sido satisfatoriamente executados.

41.8. Quando a rescisão não se dever a um acto de omissão do consultor, este terá direito a reclamar, além das quantias que lhe são devidas pelo trabalho já realizado, uma indemnização pelos prejuízos sofridos.

#### Artigo 42º

##### Rescisão pelo consultor

42.1. Mediante pré-aviso de 14 dias dirigido à entidade adjudicante, o consultor poderá rescindir o contrato se a entidade adjudicante:

- a) Não lhe pagar os montantes devidos em conformidade com qualquer nota de pagamento emitida pelo fiscal depois de expirado o prazo estabelecido no nº 2 do artigo 38º;

ou

- b) Não cumprir sistematicamente as suas obrigações após repetidos avisos;

ou

- c) Suspender a prestação dos serviços ou de qualquer parte dos mesmos por mais de 180 dias por motivos não especificados no contrato ou não resultantes de falta do consultor.

42.4. Tal rescisão não prejudicará quaisquer outros direitos adquiridos pela entidade adjudicante ou pelo consultor nos termos do contrato.

42.3. Em caso de rescisão nestas condições, a entidade adjudicante indemnizará o consultor por qualquer perda ou dano que este possa ter sofrido. Essa indemnização não poderá exceder um limite que deverá ser especificado no contrato.

#### Artigo 43º

##### Casos de força maior

43.1. Nenhuma das partes será considerada como tendo faltado às suas obrigações contratuais se o cumprimento de tais obrigações tiver sido impedido por qualquer caso de força maior verificado depois da

data de notificação da adjudicação do contrato ou da data em que este tiver começado a produzir efeitos, conforme o que ocorrer primeiro.

#### Artigo 44º

##### Morte

- 43.2. Na aceção das presentes condições gerais, entende-se por «casos de força maior» a acção das forças naturais, greves, *lock-out* ou outros conflitos laborais, actos de inimigo público, guerras declaradas ou não, bloqueios, insurreições, motins, epidemias, desabamentos de terras, terramotos, tempestades, raios, inundações, desmoronamentos provocados por enxurradas, tumultos, explosões e outras ocorrências imprevisíveis semelhantes que as partes não possam evitar nem superar efectuando as devidas diligências.
- 43.3. Não obstante o disposto nos artigos 24º e 41º, o consultor não ficará sujeito ao pagamento da indemnização por perdas e danos ou à rescisão por não cumprimento do contrato se, e na medida em que, o atraso na execução ou qualquer outra falta de cumprimento das suas obrigações contratuais resultarem de um motivo de força maior. Do mesmo modo, não obstante o disposto nos artigos 38º e 42º, a entidade adjudicante não estará sujeita ao pagamento de juros de mora por não execução ou por rescisão do contrato pelo empreiteiro por não cumprimento se, e na medida em que, o atraso da entidade adjudicante no pagamento ou qualquer outra falta de cumprimento das suas obrigações contratuais resultar de um motivo de força maior.
- 43.4. Se qualquer das partes considerar que se registaram casos de força maior susceptíveis de afectar o cumprimento das suas obrigações, informará imediatamente a outra parte e o fiscal fornecendo pormenores sobre a natureza, a duração provável e as consequências previsíveis do ocorrido. Salvo instrução em contrário dada por escrito pelo fiscal, o consultor continuará a cumprir as suas obrigações contratuais, tanto quanto for razoavelmente praticável, e procurará encontrar medidas alternativas plausíveis para cumprir as suas obrigações cuja execução não seja impedida pelo caso de força maior.
- 43.5. Se o cumprimento das ordens do fiscal ou a utilização das medidas alternativas previstas no nº 4 do presente artigo implicar despesas suplementares para o consultor, o respectivo montante deverá ser confirmado pelo fiscal.
- 43.6. Se qualquer caso de força maior que eventualmente ocorra se prolongar por 180 dias, não obstante qualquer prorrogação do prazo de execução que por esse motivo possa ter sido concedida ao consultor, cada uma das partes terá o direito de rescindir o contrato mediante pré-aviso de 30 dias à outra parte. Se, no termo deste período de 30 dias, o caso de força maior ainda se mantiver, o contrato será rescindido e, por conseguinte, as partes serão desligadas da obrigação de prosseguir a sua execução.
- 44.1. Se o consultor for uma pessoa singular, o contrato será automaticamente rescindido se essa pessoa falecer. A entidade adjudicante analisará contudo qualquer proposta apresentada pelos herdeiros ou beneficiários caso estes tenham manifestado o desejo de prosseguir o contrato. A decisão da entidade adjudicante será comunicada aos interessados no prazo de 30 dias após a recepção da proposta.
- 44.2. Se o consultor for constituído por várias pessoas singulares e uma ou mais delas falecerem, será elaborado e aprovado pelas partes um relatório sobre o avanço dos serviços e a entidade adjudicante decidirá da rescisão ou continuação do contrato de acordo com o compromisso assumido pelos sobreviventes e pelos herdeiros ou beneficiários, consoante for a caso.
- 44.3. Nos casos previstos nos nºs 1 e 2 do presente artigo, as pessoas que se proponham prosseguir a execução do contrato deverão comunicar a sua intenção à entidade adjudicante no prazo de 15 dias a contar da data da morte.
- 44.4. Salvo disposição em contrário contida nas condições especiais, essas pessoas serão individual e solidariamente responsáveis pela correcta execução do contrato na mesma medida em que o anterior consultor o era. A prossecução do contrato ficará sujeita às regras relativas à constituição da garantia prevista nas presentes condições gerais.

#### RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

#### Artigo 45º

##### Resolução de litígios

- 45.1. A entidade adjudicante e o consultor farão todos os esforços para resolver amigavelmente qualquer litígio relacionado com o contrato que possa surgir entre eles ou entre o fiscal e o consultor.
- 45.2. As condições especiais estipularão:
- a) O processo de resolução amigável de litígios;
  - b) os prazos dentro dos quais se poderá recorrer ao processo de resolução amigável de litígios após a data de notificação do litígio à outra parte, e o prazo máximo em que tal resolução deverá ser

- alcançada, o qual não poderá exceder 120 dias a contar do início do processo adoptado;
- c) Os prazos concedidos para responder por escrito a um pedido de resolução amigável ou a quaisquer outros pedidos no decurso do processo e as consequências do não cumprimento desses prazos.
- 45.3. As partes podem acordar que o litígio seja resolvido por conciliação dentro de um prazo específico, com a intervenção de um terceiro, no caso de ter falhado o processo de resolução amigável.
- 45.4. O processo de resolução amigável ou de conciliação implicará sempre que as reclamações e respostas sejam notificadas à outra parte.
- 45.5. Na falta de uma resolução amigável ou de uma resolução por conciliação dentro do prazo limite especificado, o litígio deverá ser resolvido:
- a) Se se tratar de um contrato nacional, de acordo com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante;
- e
- b) Se se tratar de um contrato transnacional:
- i) de acordo com a legislação nacional do Estado da entidade contratante ou com as suas práticas internacionais estabelecidas, caso as partes contratantes assim o decidam,
- ou
- ii) por arbitragem, de acordo com as regras processuais adoptadas em conformidade com a Convenção.